



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRANSITO DA COMARCA DE ARACAJU/SE

Processo: 202040600122

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **PATRICIA SANTOS DE JESUS BAIER**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Inexistem documentos que comprovem efetiva lesão em tornozelo esquerdo.

Conforme se observa pelo boletim de atendimento (pag. 46), a radiografia não evidenciou fratura:

Cirurgia qual #
 9. Paciente mantendo queixa de dor importante no H16, com edema local e limitação do arco de movimento devido a dor.
 Não palpado empitoção.
 Radiografia: Não evidenciada fratura.
 CD: Avaliação da Ortopedia

Dr. Carlos E. M. Neurocirurgia CRM: 2018
 Dr. João Gabriel L. Denton

E o resumo de alta finaliza, consignado a ausência de evidências, o que levou à alta da ortopedia:

HISTÓRICO CLÍNICO:

Alta para fins Periciais que, Patrícia Santos de Jesus Barros, deu entrada no HUSB, vítima de acidente de trânsito. Transportada pelo SAMU em protocolo. Negou perda de consciência, relato de dor nas costas, região cervical, braços, pernas e membros superiores. Foi atendida pelo médico plantonista que a medicou e fez o procedimento. Solicitou avaliação de dano físico. Após TC de crânio com ausência de fraturas ou lesões. O TC cervical e lombar, ausência de fraturas ou lesões. O neuroimagem observou. Após melhora teve alta com orientações. O ortopedista após radiografias sem evidências de anormalidades teve alta.

Além disso, conforme se observa pela resposta ao ofício expedido, o hospital deixa claro que os documentos de fls. 32/34 e 148 a 150, não foram emitidos por médico daquele hospital.

Em contrapartida, o documento juntado em resposta (fl. 135) deixa claro a ausência de lesões em tornozelo E :

- Estrutura e densidade óssea normal.
- Superfícies articulares regulares.
- Espaço articular conservado.
- Esporão infra e retro-calcâneo.

Em continuação na fl. 137, radiografia do pé E :

- Estrutura e densidade óssea normal.
- Articulações anatómicas.

Logo, os documentos acostados pelo autor foram claramente adulterados, a fim de apresentar lesões que ainda que sofridas não o foram em razão do acidente em tela e não foram apuradas em exames feitos no Hospital Santa Isabel.

Com isso, desconsiderando os documentos que não foram verdadeiramente emitidos pelo Hospital Santa Isabel não restam outros capazes de comprovar efetiva lesão em tornozelo esquerdo.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistia nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Por fim, considerando que os documentos acostado pelo autor demonstram conteúdo diverso daqueles apresentados pelo Hospital, ratifica a necessidade de que seja colhido o depoimento pessoal do autor a fim de que esclareça todos os fatos levantadas, especialmente, em relação aos documentos adulterados.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ARACAJU, 11 de março de 2021

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE